



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

EXTRATO DE ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DE ORÇAMENTO E DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU DO TJSP

Portaria TJSP nº 10.099/2022 e nº 10.128/2022

Biênio 2022/2023

Assunto: 2ª Reunião de Trabalho do Comitê Gestor de Orçamento e de priorização do Primeiro Grau (CGOP1G) do TJSP, biênio 2022/2023.

Data: 19/05/2022 (quinta-feira)

Horário: 10h às 12h05

Local: Plataforma *Teams*

Presentes: Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Juiz de Direito da 3ª Vara Especial da Infância e Juventude da Capital – Coordenador do CGOP1G; Dra. Ana Carolina Miranda de Oliveira, Juíza de Direito Auxiliar de Guarulhos – Vice-Coordenadora do CGOP1G; Dr. Airton Pinheiro De Castro, Juiz de Direito Titular II da 12ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Jr.; Dra. Daniele Machado Toledo, Juíza de Direito na 1ª Vara Cível de Itapevi; Dr. Caio Salvador Filardi, Juiz de Direito Titular I da 3ª Vara da Família e Sucessões no Fórum Regional de Santana; Dr. Helio Narvaez, Juiz de Direito Titular II da 8ª Vara Criminal Central no Complexo Mário Guimarães; Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais no Fórum João Mendes Jr.; Dra. Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, Juíza de Direito Titular I da 9ª Vara da Fazenda Pública Central de São Paulo; Dra. Paula Micheletto Cometti, Juíza de Direito Titular II da 12ª Vara da Fazenda Pública Central no Fórum Hely Lopes Meirelles convocada como Juíza Assessora da Presidência – Biênio 2022/2023; Dr. Rodrigo Nogueira, Juiz de Direito Titular I da 26ª Vara Cível Central no Fórum João Mendes Jr, convocado como Juiz Assessor da Corregedoria – Biênio 2022/2023; Dr. Bruno Machado Miano, Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes – Representante da APAMAGIS – Associação Paulista dos Magistrados; Sra. Rosana Barreira, Secretária da SEMA – Secretaria da Magistratura e Secretária Executiva da Presidência; Sr. Rodinei Rodrigues, Assistente Judiciário do Gabinete de Juiz de 1ª Instância - Dra. Marta Rodrigues Maffei em Ribeirão Preto; Sr. Aparecido da Silva Inácio, Supervisor de Serviço do DIPO 3.2 - Serviço de Processamento de Inquéritos Policiais II; Sr. Edson Categero Goncalves, Chefe de Seção Judiciário do Anexo do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ribeirão Preto; Sr. Emerson Ryuji Takase, Coordenador da DEPLAN 1.2 - Coordenadoria de Análise Estatística; Sr. Jean Carlos Soares de Souza, Chefe de Seção Técnica Judiciário (contador-chefe) da SPI 3.5.1 - Serviço de Desenvolvimento de Planilhas e Sistemas; Sr. Rodrigo Teixeira, Coordenador da DEPLAN 1.1 - Coordenadoria de Planejamento; Sr.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

Ighor Raphael das Neves Amorim, Chefe de Seção Judiciário do 2º Ofício Cível da Comarca de Santos; Sra. Deise Donatoni Casado, Supervisora de Serviço de DEPLAN 1.2.1 - Serviço de Análise Estatística; Sra. Ana Claudia de Oliveira Lopes, Secretária da SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças; Sra. Vanessa Cristina Martiniano, Secretária da SPI – Secretaria de Primeira Instância; Sr. Fabio Makoto Tagliaferro Yokoyama, Secretário da SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas; Sr. Marco Antonio Lopes Samaan, Secretário da STI – Secretaria de Tecnologia da Informação; Sra. Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora da DEPLAN – Diretoria de Planejamento; Sra. Maria de Fatima Nunes, Diretora da SGP 1 - Diretoria de Ingresso e Desenvolvimento de Carreiras; Sr. Ednaldo Aparecido Batista – Representante da Apatej – Associação Paulista de Técnicos Judiciários; Sr. Carlos Alberto Marcos – Representante da Assojuris – Associação de Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo; Sra. Maria Cecília Abatti Souza Cruz – Coordenadora de Imprensa – Diretoria de Comunicação da Secretaria da Presidência (convidada).

Relatório

Item I – Apresentação do ambiente inov@tjsp! (Laboratório de Inovação Virtual):

Apresentação do ambiente inov@tjsp! (Laboratório de Inovação Virtual), utilizando-se, para tanto, da ferramenta Miro e de técnicas de *brainstorming*, com a inserção de todas as propostas levantadas por meio da pesquisa de Diagnóstico do 1º Grau respondida pelos membros do CGOP1G e pelos Diretores de RAJs.

Item II – Discussão sobre as respostas coletadas por questionários: CGOP1G e Diretores de RAJs.

As propostas foram analisadas por meio da ferramenta Miro, com ampla participação dos membros do CGOP1G na discussão.

Item: 2.1. Rotinas de Trabalho

2.1.1. Diminuição da quantidade de serviços administrativos e burocráticos pelos cartórios judiciais (preenchimento de planilhas, controle de ponto etc – Decisão: Analisar o processo de trabalho e verificar quais as funcionalidades da área administrativa que poderiam ser aprimoradas, principalmente quanto à frequência de servidores e de estagiários – Dr. Rodrigo Colombini solicitou que se deixasse para análise ao final.

2.1.2. Disponibilização de treinamento para os advogados, por meio da OAB, para que utilizem adequadamente o sistema SAJ – Decisão: elaborar um material - um pequeno ciclo de cursos - Rever o material para aprimoramento – encaminhar tudo como proposta para a Comissão Interdisciplinar TJSP/OAB.

2.1.3. Central de atendimento virtual para Foros 100% Digitais. Implantar piloto de central de atendimento que preste o atendimento do "balcão virtual" para todo o Foro digital. Tirar essa atividade das unidades judiciais, padronizar as



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

informações, capacitar servidores nessa área – Decisão: Tema está sendo tratado no Laboratório de Inovação e o projeto é da Secretaria da Primeira Instância – SPI.

2.1.4. Problemas no uso do Sistema Holos – Decisão: A STI e a SGP farão as atualizações e as intervenções necessárias dentro dos projetos em andamento na Presidência.*

2.1.5. Possibilidade de concessão de teletrabalho aos coordenadores, a cargo do juiz, propondo-se que, no dia em que o coordenador esteja ausente, seja representado, no cartório, pela Chefia. O teletrabalho possibilita o aumento na produtividade, não havendo razoabilidade na vedação de teletrabalho aos coordenadores – Questão integralmente resolvida.

2.1.6. Promoção de projetos institucionais de meritocracia dentro do serviço público, a exemplo do Selo de Ouro dos cartórios – Decisão: Projeto que poderá seguir pelo CGOP1G, lançado como pré-proposta de projeto para definição ao final.

2.1.7. Uso de estagiários para atendimento exclusivo no balcão do cartório, o que permite que os servidores desenvolvam melhor o serviço. – Decisão: Proposta seguirá no escopo do projeto que está em tratamento no Laboratório de Inovação pela Secretaria de Primeira Instância e Diretoria de Comunicação.

2.1.8. Agilização da digitalização dos processos, com a contratação de empresa especializada. Decisão: Projeto estratégico da Presidência, sob coordenação da Secretaria da Primeira Instância.*

2.1.9. Expansão do Home Office dos Magistrados – Decisão: Questão normatizada e afeta à Presidência e ao CSM.

2.1.10. Adaptação do Portal da Transparência aos ditames da LGPD - Decisão: Dr. Bruno encaminhará a informação para a APAMAGIS que deverá eventualmente contatar o Comitê LGPD; com relação à informação trazida pelo Dr. Hélio, o pedido será direcionado diretamente para o Desembargador Edson Brandão.

2.1.11. Unificação da competência de servidor responsável pelo balcão virtual ser regionalizada. Na resolução 372 do CNJ não há a especificação de que seja um servidor da Vara, podendo assim ser alocado a um servidor da RAJ ou da Circunscrição ou mesmo unificado para o Estado — Decisão: Proposta seguirá no escopo do projeto que está em tratamento no Laboratório de Inovação pela Secretaria de Primeira Instância e Diretoria de Comunicação

2.1.12. Unificação dos canais de atendimento administrativos (Presidência, corregedoria e secretarias) em um setor único que fará a triagem e alocação das demandas conforme a competência inicial. Decisão: projeto a ser analisado se ficará com o Comitê ou com outra unidade.

2.1.13. Revisão da isenção da taxa de desarquivamento provisório. Pelo último provimento da presidência foi isento o pagamento da taxa de desarquivamento provisório. Ocorre que tem sido observados dois problemas principais. O primeiro,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

peças ainda estão fazendo o pagamento espontaneamente, havendo um problema quanto a eventual devolução. O segundo, é que 80% dos desarquivamentos são provisórios, o que gera perda de arrecadação e um problema que já acontecia antes com pedidos de desarquivamento em massa agora agravado por peticionamento por robôs –Decisão: seguir a indicação de remessa do Comitê para a Drª Paula Micheletto.

Item: Sistemas Informatizados

Robotização de atividades de pesquisas (Sistemas Sisbajud etc) –

Aprimoramento do Sistema SAJ, ou similar. Acesso, velocidade, itens intuitivos, número de cliques -.

Itens levantados: melhoria do SAJ; aperfeiçoamento da robotização de atos; uniformização dos sistemas, com sua integração plena; criação de um sistema mais ágil e objetivo para a gestão da informatização; interoperabilidade entre os sistemas de 1º e 2º Graus quanto aos Agravos de Instrumento, evitando que as tramitações sejam realizadas por e-mails com a criação de filas de "Agravos liminares deferidas ou parcialmente deferidas", "Agravos liminares indeferidas" e Agravos julgamento definitivo - eliminaria etapas do processo de trabalho fora do sistema SAJ tanto para os servidores dos cartórios de 1º Grau quanto dos cartórios de 2º Grau; ampliar as travas no sistema SAJ para cadastramentos de petições de forma genérica, incluindo um trabalho de divulgação e de treinamento junto à OAB, para que os advogados tenham informações sobre como utilizar corretamente o cadastramento; interoperabilidade dos sistemas dos Tribunais Superiores (STJ e STF) com o 1º e 2º Graus, para que não haja tramitação via e-mail; inserir no sistema informatizado SAJ/PG5 o procedimento da parte administrativa do Júri (relação de jurados, sorteio etc.); melhorar a automação do SAJ, diminuindo a quantidade de telas e cliques; assinatura de Mandados de Levantamento - há necessidade de assinar um de cada vez. O sistema não possibilita que, após a conferência dos MLEs, o juiz os assine em lote; sistema SAJ - excessivo número de caixas de avisos durante a assinatura dos documentos em lote; sistema SAJ - Processos enviados para fila de conclusos decisões, despachos ou sentenças, ainda que por engano, só podem ser removidos da fila, mediante despacho ou decisão; Portal de Custas - Mandados de Levantamento, mesmo após a conferência individual de todos, não podem ser assinados em lote pelo juiz; Sistema Holos (Respondido no item "Problemas no uso do sistema Holos"); Lentidão do SAJ: o SAJ ainda vem apresentando alguns picos de lentidão, na visualização das folhas dos autos e no carregamento de documentos, o que atrapalha muito o regular andamento dos trabalhos; implementação de recursos que utilizem Inteligência Artificial, principalmente em casos de demanda em massa, pesquisas de precedentes (IRDR, IAC etc) bem como robotização de assinaturas em despachos e decisões de mesmo conteúdo; implementação, no SAJ, de sistema que aponte o advogado que esteja demandando em massa, no Estado ou na Comarca (automatização da expedição de certidão de distribuição em cada processo); Banco de dados unificado de endereços e situação patrimonial de réus e executados (uma das grandes dificuldades que ocasionam a maior morosidade do processo é a localização para citação e encontro de bens. Se houver uma central que pudesse extrair os dados cadastrais e pesquisas de bens e que pudessem ficar compartilhadas em um link - pasta virtual - vinculada ao CPF da



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

parte, isso evitaria de decretar sigilo no processo e retrabalho nas referidas localizações, com grande celeridade para a tramitação dos processos judiciais); Anotação automática das despesas realizadas em processos com gratuidade para posterior cobrança do vencido sem gratuidade (hoje, a verificação é manual e poucos cumprem a cobrança do vencido do que deixado de ser recolhido aos cofres pela gratuidade); Criação de Sistema que leia as iniciais para verificação de litispendência entre diferentes bases do SAJ. Hoje somente é possível em cada base, sendo quase impossível verificar repositura de ações em outras bases em SP; Reclamação recorrente: funcionamento do SAJ e lentidão da internet; Centralização de pesquisa de endereço (acionamento de um banco de dados único alimentado pelas empresas prestadoras de serviço essencial, empresas de telefonia, órgãos de proteção ao crédito, a exemplo da reunião de informações de todos os bancos mantida pelo SISBAJUD); resolver problema de lentidão do sistema e permitir que tarefas automáticas (como por exemplo assinatura de documentos em bloco) não impeçam que o usuário execute simultaneamente outras tarefas; Melhorar a velocidade do sistema (apresenta lentidão com bastante constância); melhoria na extração de dados estatísticos do SAJPG5, para contribuir na gestão cartorária; Fornecimento de notebook e dois monitores para magistrados e todos os servidores em trabalho presencial e remoto; Aumento da campanha voltada para a digitalização gradativa dos processos físicos, por parte de advogados, mediante carga dos autos (Respondida no item “*Agilização da digitalização dos processos, com a contratação de empresa especializada*”); Lentidão, acréscimo de funcionalidades para se abreviar tempo gasto; Prioridade absoluta na liberação/expedição de MLE; Correta contagem de processos entre os vários fluxos; aprimoramento no SAJ para identificação, suspensão, liberação e prolação de sentença em lote para os casos de IRDR; Criação de algoritmo no sistema SAJ que identifique petições classificadas como pedido liminar/urgência e que já ingresse diretamente na fila da conclusão urgente ou que gere uma observação automática para fácil identificação. Hoje, a identificação e o encaminhamento devem ser feitos pelo servidor (em um universo de 3000/4000 petições que estão na fila; aperfeiçoamento, melhoria e ampliação da citação por portal); Simplificação e melhoria da aferição de produtividade pelo SAJEST (de modo que o acesso seja feito diretamente aos servidores vinculados à unidade. No sistema atual, a aferição é geral cujos dados precisam ser inseridos da unidade, dos servidores e das atividades. O sistema precisa permitir uma comparação mensal.); Possibilidade de mudança de cor no *layout* do processo digital, possibilitando que ações que tenham tramitação urgentes/especiais sejam visualizadas com maior rapidez em qualquer fila (quantidade de processos que tramitam adoção de apenas tarja não é ainda suficiente para que possam ser facilmente identificadas para priorização).

Funcionamento, sem travas, preferencialmente com inclusão de inteligência artificial para seleção dos modelos e cumprimento dos atos - *Decisão: remessa de relatório unificado de todas as demandas relacionadas aos sistemas informatizados utilizados pela instituição para a atividade fim à Secretária de Tecnologia da Informação e à Secretaria de Primeira Instância.*

(Nada mais, eu, Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, diretora de Planejamento Estratégico do TJSP, minutei a presente Ata, a qual foi conferida



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - DEPLAN

e aprovada pelo Dr. Rodrigo Marzola Colombini, Coordenador do CGOP1G).

Rodrigo Marzola Colombini